

Eduardo Furian Pontes

PRISÃO TEMPORÁRIA

Instituto que pode e deve ser diferente



livraria //
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2021

Conselho Editorial

André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draiton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Moraes
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Ángel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P814p Pontes, Eduardo Furian.

Prisão temporária : Instituto que pode e deve ser diferente /
Eduardo Furian Pontes. – Porto Alegre : Livraria do Advogado,
2021

189 p. ; 25 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86017-25-0

1. Prisão temporária - Brasil. 2. Defesa (Processo penal) - Brasil.
3. Liberdade (Direito penal). 4. Presunção de inocência. I. Título.

CDU 343.26(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Prisão temporária : Brasil 343.26(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Sumário

Siglas e abreviaturas.....	17
Introdução.....	21
1. A Prisão temporária dentro da sistemática histórica e geral.....	25
1.1. Uma digressão no tempo: da prisão para averiguação à prisão temporária e os ataques à constitucionalidade do instituto	25
1.1.1. Da inconstitucionalidade formal.....	34
1.1.2. Da inconstitucionalidade material	37
1.2. A presunção da inocência.....	41
1.3. A dignidade da pessoa humana.....	47
1.4. A prisão provisória em tempos midiáticos.....	52
1.5. Os efeitos decorrentes do encarceramento provisório.....	55
1.6. Princípios gerais e orientadores das prisões cautelares.....	59
1.6.1. Princípios da jurisdicionalidade e da fundamentação da decisão judicial.....	60
1.6.2. Princípio da acessoriedade.....	69
1.6.3. Princípios da provisoriedade e da provisionalidade.....	70
1.6.4. Princípio da preferibilidade.....	73
1.6.5. Princípio da excepcionalidade.....	74
1.6.6. Princípio da referibilidade.....	75
1.6.7. Princípio da homogeneidade.....	76
1.6.8. Princípio da proporcionalidade.....	77
1.6.8.1. A adequação e a necessidade do meio empregado.....	79
1.6.8.2. Proporcionalidade em sentido estrito.....	84
2. A prisão temporária no ordenamento jurídico brasileiro.....	87
2.1. Iniciativa do pedido e prévia manifestação do Ministério Público.....	87
2.2. Requisitos autorizadores para decretação da prisão temporária.....	91
2.2.1. Imprescindibilidade às investigações do inquérito policial	96
2.2.2. Fornecimento de elementos para identificação e ausência de residência fixa do indiciado.....	102
2.2.3. Fundadas razões de autoria e de participação do indiciado em crimes definidos em lei.....	108
2.2.3.1. Fundadas razões de autoria e de participação do indiciado de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal ...	109
2.2.3.2. Os crimes definidos em lei e o problema da taxatividade legal.....	116

2.3. Prazo de duração e a disfunção legal.....	123
2.4. Prisão temporária e medidas alternativas à prisão.....	130
2.5. Execução da ordem de prisão.....	144
2.5.1. Do mandado de prisão e da nota de culpa.....	144
2.5.2. Direitos constitucionais do segregado.....	147
2.5.3. Incomunicabilidade do preso.....	149
2.5.4. Encaminhamento do preso e exame de corpo de delito.....	150
2.5.5. Separação do preso em local apropriado.....	156
2.5.6. Plantão Judiciário.....	159
2.5.7. Risco de responsabilização por ato praticado pela autoridade executora ..	162
3. Contributo para uma nova prisão temporária.....	165
3.1. Perspectivas e aperfeiçoamento da prisão temporária na “nova” realidade constitucional.....	165
3.1.1. A prisão temporária como meio acautelatório imprescindível: a não repetibilidade dos elementos informativos.....	167
3.1.2. A materialidade do crime e a necessária revisão de alguns pontos de incidência.....	170
3.1.3. Obrigatoriedade de participação pessoal do investigado em audiência a ser designada imediatamente após a execução da prisão.....	171
3.1.4. Alteração dos prazos de encarceramento.....	174
Conclusão.....	177
Bibliografia.....	181